

DIREITOS HUMANOS COMO TEMA TRANSVERSAL: ANÁLISES A PARTIR DA CARTA DA TERRA

Elisabete Ferreira Esteves Campos

Universidade Metodista de São Paulo

betecampos@terra.com.br

Resumo

O objetivo deste texto é tecer considerações sobre a política curricular destacando a Educação em Direitos Humanos, com base nos princípios da Carta da Terra. No percurso metodológico da pesquisa-ação crítica, com análises fundamentadas em Paulo Freire, concluímos que é necessário superar a ideia de direitos individuais liberais, uma vez que os Temas Transversais na BNCC não problematizam o modelo capitalista de produção e consumo que vem causando devastações ambientais, ameaçando a vida no planeta e mantendo milhões de pessoas na pobreza extrema.

Palavras-chave: temas transversais; Carta da Terra; BNCC;

Introdução

A criação da ONU surge como compromisso dos países com a paz mundial, para o necessário desenvolvimento das nações. Na Carta da Terra, porém, o conceito de paz não se limita à ausência de guerra e significa lutar pela justiça social e econômica, para construir um mundo democrático e humanizado.

No entanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras declarações posteriores, se inserem nos valores liberais da Revolução Francesa, conclamando liberdades individuais e civis. A

escola, como instituição social, vincula-se a esses valores liberais, em especial a necessidades de progresso e hábitos civilizatórios centrados na vida na cidade, com direitos e deveres da sociedade moderna, industrializada. (SAVIANI, 1994).

Partindo de tais considerações pretendeu-se investigar como a Educação em Direitos Humanos está proposta na atual política curricular, tendo como objetivo analisar a referida política com base nos princípios da Carta da Terra.

Conclui-se que os temas relativos aos Direitos Humanos vêm sendo abordados como transversais pautados em valores liberais, sem problematizar o modelo liberal que sustenta a sociedade capitalista. Ao nos contrapor à essa política, defendemos a necessária mudança estrutural nos currículos escolares, que amplie os estudos e análises sobre a vida no planeta, para que os conteúdos curriculares problematizem essa realidade.

Metodologia

A investigação configura-se na perspectiva da pesquisa-ação crítica (THIOLLENT, 1986; FRANCO, 2005), com participação de mestrandos, doutorandos e profissionais da educação básica interessados no tema. Estudos sobre a Carta da Terra permitem o compartilhamento de compreensões e olhares diversos sobre seus princípios, tendo como fundamento a educação emancipadora (FREIRE, 2005).

Nos encontros, as análises da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (BRASIL, 2019), ocorrem por meio do diálogo problematizador (FREIRE, 2005) e são sistematizados em registros escritos e gravados.

Neste trabalho, são apresentadas considerações acerca das análises grupais sobre a organização curricular em tema transversais, com especial destaque aos Direitos Humanos.

Resultados e Discussões

Como um dos países signatários da Declaração Universal do Direitos Humanos, o Brasil passou a considerá-los na Constituição Federal de 1988. No âmbito educacional, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais englobando cadernos de Temas Transversais, para a formação cidadã. Pode-se considerar um avanço naquele momento histórico de pós-ditadura, ao se discutir o “sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, o trabalho, o consumo, a sexualidade, a saúde”. (BRASIL, 1998, p. 25).

Em 2019, o atual governo federal publicou o documento Temas Contemporâneos Transversais na BNCC (BRASIL, 2019, p. 12), que “aponta seis macro áreas temáticas englobando 15 Temas Contemporâneos”. A Educação em Direitos Humanos é um dos desdobramentos do tema “Cidadania e Civismo”.

Analisando a BNCC e os referidos Temas Transversais, constatamos que não são tratados de forma articulada. São temas estanques, dissociados da realidade.

Ao contrário dessa abordagem, entendemos que o compromisso com princípios e teorias que tratam do respeito a toda forma vida no planeta, requer outra compreensão de currículo escolar e de seus fundamentos didático-pedagógicos.

A Carta da Terra apresenta como primeiro princípio “Respeitar e cuidar da comunidade da vida”, e, conseqüentemente, “respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade”, para a construção de “sociedades democráticas que sejam justas, participativas,

sustentáveis e pacíficas”, com “justiça econômica e social, que propicie a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente sustentável”. Nesse primeiro princípio, desdobrado em outros, é possível identificar determinada concepção de educação, de sociedade e de Direitos Humanos, para além de direitos individuais.

Assim, o que se discute, é própria organização curricular, uma vez que os conteúdos só fazem sentido ao dialogarem com a realidade para compreendê-la, problematizá-la e transformá-la.

Preconceitos, racismo, meio ambiente, ética, pluralidade cultural, fazem parte dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas, não como temas transversais, mas no contexto dos conteúdos que só podem ser aprendidos na medida em que permitem compreender e intervir na realidade.

Se tratarmos cada um dos temas como transversais corre-se o risco de abordá-los como projetos pontuais, desvinculados dos conteúdos curriculares, podendo manter a dissociação desses temas com os problemas da vida em sociedade em seus diversos contextos. O modelo de urbanização, por exemplo, que empurra milhões de pobres, em sua maioria negros, para as periferias descuidadas da cidade sem o adequado saneamento básico, sem equipamentos de saúde, cultura, educação, compõe um modelo social que nega direitos a esses grupos marginalizados, mas os garante aos moradores de regiões valorizadas da cidade, aumentando a desigualdade entre ricos e pobres.

Propõe-se, portanto, que a abordagem dos conteúdos das diferentes disciplinas ocorra de forma contextualizada com o aprofundamento dos estudos e análises críticas, o que implica em maior participação dos docentes na elaboração de políticas educacionais na construção de sua práxis que é em si transformadora.

Conclusão

Com base nos estudos da Carta da Terra e referenciais teóricos, estão sendo

analisados os Temas Transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018) e Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) com a proposta de Temas Contemporâneos Transversais (BRASIL, 2019). Identificamos, nos referidos documentos, descompassos entre a defesa da formação para a cidadania e para a democracia, sublinhada nos textos oficiais, ao mesmo tempo em que se assume a concepção de competências e habilidades, fragmentando a abordagem dos conteúdos, sem articulação com a realidade.

Assumimos com Paulo Freire, que a educação é política e implica em entender, transformar o mundo e, por isso, questionamos as políticas que mantêm os conteúdos curriculares de tendência tecnicista, com o propósito de adaptar os estudantes à uma realidade injusta e desigual no bojo das relações opressoras.

Não se trata apenas de discutir sobre o direito à alimentação, habitação entre outros, nem tratar a questão ambiental nos termos de sustentabilidade capitalista. O que propomos, a partir de nossas análises, é superar a ideia de direitos individuais e problematizar o modelo capitalista dominante de produção e consumo, que vem causando a devastação ambiental, ameaçando a vida no planeta e mantendo milhões de pessoas na condição de pobreza extrema.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 2 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília/DF, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/conte_xtualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em 10 fev. 2022.

CARTA DA TERRA. **The Earth Charter International**. 2000-2020. Disponível em: <https://earthcharter.org/read-the-earth-charter/> Acesso em 11 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**. Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. V. 31, n. 3, 215 p., set./dez. 2005

SAVIANI, Dermeval. Desafios para a construção coletiva da ação supervisora: uma abordagem histórica. **Revista Ideias**, n. 24, p. 95-105, 1994.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3^a. ed. São Paulo: Cortez, 1986.